



CENTRO SOCIAL PAROQUIAL
**PADRE RICARDO
GAMEIRO**
COVA DA PIEDADE

RELATÓRIO DE CONTAS

20 21



ÍNDICE

1. Mensagem do Presidente_____	pág. 3
2. Introdução_____	pág. 4
3. Órgãos Sociais_____	pág. 6
4. Apresentação da Instituição_____	pág. 7
4.1. Visão, Missão, Valores e Política de Gestão_____	pág. 7
4.2. Recursos Humanos_____	pág. 8
5. Atuação na área da infância _____	pág. 15
6. Atuação na área sénior_____	pág. 17
7. Atuação no âmbito da ação social_____	pág. 22
8. Certificação de Qualidade_____	pág. 23
9. Investimentos e Conservação_____	pág. 24
10. Análise Económica e Financeira_____	pág. 25
11. Impacto pandemia Covid19 e perspetivas 2022_____	pág. 27
12. Proposta de Aplicação de Resultados_____	pág. 30
13. Balanço_____	pág. 31
14. Demonstração de Resultados_____	pág. 32
15. Fluxos de Caixa_____	pág. 33
16. Variação dos Fundos Patrimoniais_____	pág. 34
17. Contas de Gerência- Anexo_____	pág. 35

1- Mensagem do Presidente

Olhar para as contas de qualquer instituição particular de solidariedade social e para a sua sustentabilidade, coloca-nos sempre perante o mistério da caridade e da partilha generosa que nos falam de pessoas concretas e não apenas de números. Por isso, procuramos diariamente aplicar os nossos recursos financeiros, fruto de uma gestão criteriosa, ao serviço da população mais frágil da nossa comunidade.

O ano de 2021 continuou a ser marcado pelo drama da pandemia, mas sem as consequências terríveis do ano anterior. Seguramente o que fez a grande diferença foram as campanhas de vacinação que nos trouxeram a tão desejada imunidade.

Temos três novos projetos que, apesar de toda esta tempestade de incertezas dos últimos dois anos continuam a concretizar-se a bom ritmo: A Residência Nossa Senhora da Piedade, que deverá ser inaugurada a 8 de setembro de 2022, na quinta-feira antes da solene abertura das festas em Honra de Nossa Senhora da Piedade; As Candeias, resposta na Romeira para a pessoa com deficiência, que deverá ser inaugurada no próximo ano, dia 2 de fevereiro de 2023; e finalmente o conjunto de residências assistidas, para pessoas com deficiência, na Quinta D. Manuel Martins.

No que diz respeito aos financiamentos, já conseguimos assegurar o acesso ao programa PARES para parte do investimento previsto para “As Candeias”. Temos ainda três candidaturas ao Plano de Resiliência e Recuperação (PRR) que aparentemente estão bem encaminhadas.

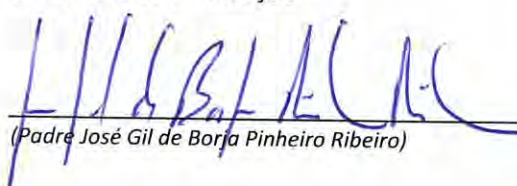
Poder avançar com todos estes novos projetos deve-se à perseverança (e teimosia) desta Direção e, obviamente, à competência e dedicação dos nossos técnicos responsáveis que cresceram como seres humanos e como profissionais neste espírito da caridade criativa.

Preparamo-nos para celebrar o quinquagésimo aniversário da criação do nosso Centro Paroquial (1973 – 2023). Somos desafiados a reconhecer com gratidão e humildade estes cinquenta anos de serviço à nossa comunidade. Chamados como comunidade cristã a ser a presença de um Deus vivo na nossa cidade de Almada: um Deus que ampara, que cuida, que cura e que salva tudo aquilo que para o mundo está perdido. Vivemos esta vocação assumindo a nossa fragilidade humana e, por isso também queremos reconhecer todas as vezes que não fomos capazes de estar à altura da nossa missão.

Quero agradecer aos nossos trabalhadores, esta grande família, que diariamente dão a cara pela nossa Instituição; e aos nossos muitos voluntários e benfeitores que tornam sustentável e muito bonita esta nossa obra social.

O vosso, em Cristo,

O Presidente da Direção



(Padre José Gil de Borja Pinheiro Ribeiro)



2- Introdução

O presente relatório, tem como objetivo apresentar a atividade económica e financeira do Centro Social Paroquial Padre Ricardo Gameiro relativamente ao período entre janeiro e dezembro de 2021.

Em termos financeiros os nossos proveitos ascenderam a 6 milhões e 522 mil euros, e de gastos 5 milhões e 968 mil euros. Os proveitos resultam em 45,1% de verbas recebidas do Estado e os restantes 54,9% foram resultantes de rúbricas diversas das quais se destacam: a recuperação de uma verba aprovacionada por processo judicial, no valor aproximado de 26.500 euros, inscrições e mensalidades dos utentes, conforme protocolos anualmente renovados. Enquanto Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), sem fins lucrativos, os resultados líquidos continuam a ser direcionados para reforço dos fundos patrimoniais, no contínuo desenvolvimento e reinvestimento da Obra Social.

O ano de 2021 manteve-se em linha com os desafios inesperados que se vieram a verificar durante o ano de 2020, embora com esperança reforçada e critérios de atuação diferenciados, face a todo o conhecimento adquirido e avanços tecnológicos registados na prevenção e eliminação da pandemia de Covid-19.

Constatou-se uma vez mais, um compromisso de toda a estrutura e das equipas envolvidas, na contínua prestação de todos os cuidados necessários a quem deles mais necessitou. Voltou a ser um período de muita entrega, muito profissionalismo e grande espírito de missão para com os outros.

Em termos de atuação e inversão com vista à recuperação da atividade global da instituição, o ano fica marcado por um início de reversão positiva a partir do mês de abril, momento que precedeu a mais um confinamento registado entre e em partes, dos meses de janeiro e março.

Muitos dos pressupostos e desejos para o ano em questão realizaram-se. Foi um ano marcado pelo início da construção da futura residência sénior de N^a Senhora da Piedade, de enormes avanços nos trabalhos de adaptação e preparação da Quinta D. Manuel Martins (espaço verde, pomar e de lazer para crianças, idosos e deficientes) e de confirmação da atribuição gratuita de uma apólice de seguro de saúde a cada um dos trabalhadores. Foi ainda um ano, com passos firmes realizados num caminho longo, mas que tem por base uma vontade enorme de desenvolver a resposta social destinada à pessoa com deficiência (CACI e Lar Residencial na Romeira).

O quadro de pessoal da Instituição contava, a 31 de dezembro de 2021, com 271 trabalhadores e apoiava, diretamente 1072 utentes, distribuídos pelas seguintes respostas sociais:

P. J. L.
Al
ag
Al
X
X

- Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) – 120
- Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) – 83
- Centro de Dia (CD) – 46
- Creche – 242
- Pré-Escolar – 296
- Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL) – 169
- Centro de Acolhimento Temporário (CAT) – 13
- Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC) - 103

Referir ainda, que são igualmente apoiadas centenas de famílias da comunidade, onde estão incluídos alguns dos nossos utentes, através da Cantina Social e Banco Alimentar, com supervisão e coordenação de uma técnica de serviço social e em parceria com a Caritas Paroquial e Diocesana.



3- Órgãos Sociais



DIOCESE DE SETÚBAL
PORTUGAL

Prot. Nº 2018-182

Decreto de Nomeação

José Ornelas Carvalho, Bispo de Setúbal,

atendendo ao pedido do Pároco da Paróquia da Cova da Piedade e Presidente da Direção do Centro Social Paroquial Padre Ricardo Gameiro, aprova e nomeia os novos membros para a constituição dos Órgãos Sociais do mesmo Centro, para um mandato de quatro anos, com início em 15 de agosto de 2018 e termo em 14 de agosto de 2022, com a seguinte composição:

Direção:

Presidente: Padre José Gil de Borja Pinheiro Ribeiro;
Vice-Presidente: Ana Luísa Ataíde Albino Pação Caixas;
1º Secretário: Maria do Carmo Costa Ferreira de Almeida;
2º Secretário: Abílio Henriques Rosa Ferreira;
Tesoureiro: Manuel Jorge Bento.

Conselho Fiscal:

Presidente: Manuel Joaquim Rodrigues;
Secretário: José António Teixeira;
Vogal: António Domingos Pação Caixas

Setúbal, Cúria Diocesana, 28 de maio de 2018

O Bispo

Chanceler

Figura 1 - Decreto Nomeação Direção 2018_2022

4- Apresentação da Instituição

O Centro Social Paroquial Padre Ricardo Gameiro (CSPPRG) assume forma jurídica como instituição de utilidade pública, conforme publicação no Diário da República, III Série nº44 de 21 de fevereiro de 1973. Obteve reconhecimento como Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), conforme Decreto-Lei nº119/83.

Assume ainda personalidade jurídica de foro canónico, estando integrado na Paróquia da Cova da Piedade, Diocese de Setúbal e como sede na Rua Ramiro Ferrão nº38, sita na Cova da Piedade, concelho de Almada.

4.1) Visão, Missão, Valores e Política de Gestão

Visão

Assenta no ideal de ser reconhecido pela qualidade total dos seus serviços e reconhecimento de excelência da Instituição.

Missão

A nossa missão focaliza-se numa ação centrada na dignidade humana, promovendo respostas sociais que visam o crescimento e promoção de cada indivíduo, e contribuir para o bem comum da comunidade, através de valores cristãos.

Valores

- Equidade – Promover a todos a igualdade no acesso aos cuidados, independentemente da condição social, económica ou religiosa;
- Ética – Respeito pelos valores éticos e deontológicos relativos ao exercício da atividade de modo a prestar um serviço digno;
- Rigor e transparência – Consolidar o rigor institucional através de uma relação de transparência e credibilidade entre todos os intervenientes;
- Qualidade e eficiência – Apostar na qualidade dos serviços prestados sem descuidar a eficiência e a sustentabilidade económica.

Política de Gestão

O Centro Social Paroquial Padre Ricardo Gameiro propõe-se a prestar serviços que ultrapassem com responsabilidade, em criatividade e qualidade às expectativas dos seus utentes, tendo como referencial a norma NP EN ISO 9001:2015 e MAQISS para as respostas sociais de Creche, Pré-Escolar, Centro de Atividades de Tempos Livres, Centro de Dia, Centro de Convívio, Estrutura Residencial para Pessoas Idosas e Serviço de Apoio Domiciliário.

Propõe-se ainda, assegurar o nível A nas respostas sociais ativas, onde sejam aplicáveis os modelos de avaliação do Instituto de Segurança Social, melhorando continuamente a eficácia do sistema de gestão.

Para isso procurará:

- Conhecer as necessidades dos utentes com vista à sua satisfação;
- Valorizar, continuamente, os recursos humanos através da sua formação, realização, motivação e satisfação;
- Suprimir necessidades existentes na comunidade no qual se integra o CSPPRG;
- Alcançar os objetivos estipulados referentes aos processos definidos;
- Incrementar medidas ambientais que eliminem o desperdício;
- Garantir a satisfação dos parceiros com os quais estabelece protocolos.

4.2) Recursos Humanos

O Centro Social Paroquial Padre Ricardo Gameiro em 31 de dezembro de 2021 tinha ao serviço 271 trabalhadores (dos quais 12 em baixa médica prolongada; 4 licenças maternidade/gravidez de risco e 1 licença sem vencimento).

Comparativamente aos anos anteriores, tendo como referência os trabalhadores ao serviço a 31 de dezembro, verificou-se uma estabilização do número de trabalhadores, e uma diminuição de nº de baixas prolongadas (em 2020 existiam 22).

Vínculo Contratual

Vínculo Contratual	2020 (31 Dez)	2021 (31 Dez)
Termo Certo/Incerto	48	39
Sem Termo	225	232
Total	273	271

Quanto ao vínculo contratual verificou-se uma redução ao nível dos contratos a termo (menos 9), verificando-se por outro lado, um aumento de trabalhadores efetivos (devido a passagem de contratos a termo para vínculos de efetividade, assim como, a contratações sem termo – no âmbito do término dos MAREESS).

Categoria Profissional

Cat. Profissional	2020 (31 Dez)	2021 (31 Dez)
Ajud. Ação Educativa	68	62
Ajud. Ação Direta Seniores	71	72
Educadoras Infância	30	27
Trab. Auxiliares	6	7
Trab. Auxiliares (S. Gerais)	19	20
Ajud. Cozinha	17	17
Escriturários	10	11
Cozinheiras	7	7
Ajud. Ação Direta Infância	7	9
Coord. Equipamento	5	5
Emp. Lavandaria/Costureira	7	7
Coord. RS/Departm.	6	5
Motoristas	3	3
Tesoureira	0	0
Ajud. Atividades Ocupacionais	1	1
Fiel Armazém	1	1
Emp. Armazém	1	1
Diretores	3	4
Aj. Farmácia	4	4
Fisioterapeutas	2	2
Outros	5	6
Total	273	271

Estágios Curriculares/Profissionais

Anualmente, são recebidos estagiários de diversas entidades integrando-os nas respostas sociais de seniores e infância, pelo que na prática foram mantidos protocolos firmados anteriormente com Universidades, Politécnicos e Empresas de formação profissional. Em termos de novos protocolos, celebraram-se para com as seguintes entidades: **Cognos – Formação e Desenvolvimento Pessoal; Empower, Up, Lda e Universidade Aberta, Lisboa.**

P. José R.L.

GP
Ay

Handwritten signature

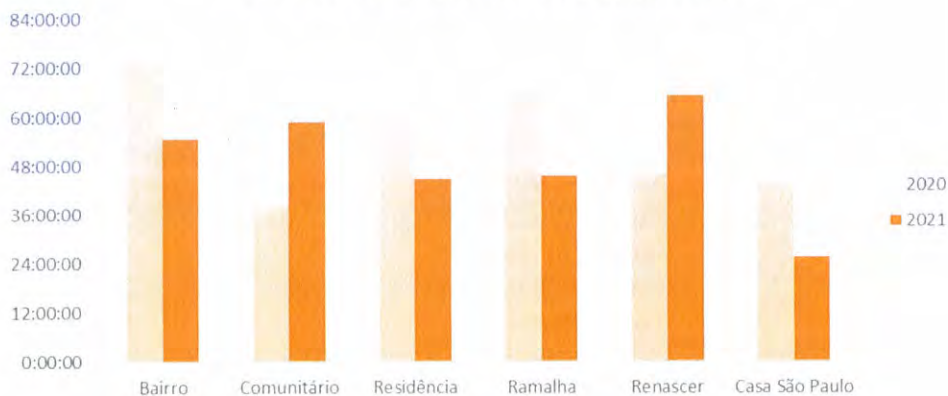
Handwritten signature

Handwritten signature

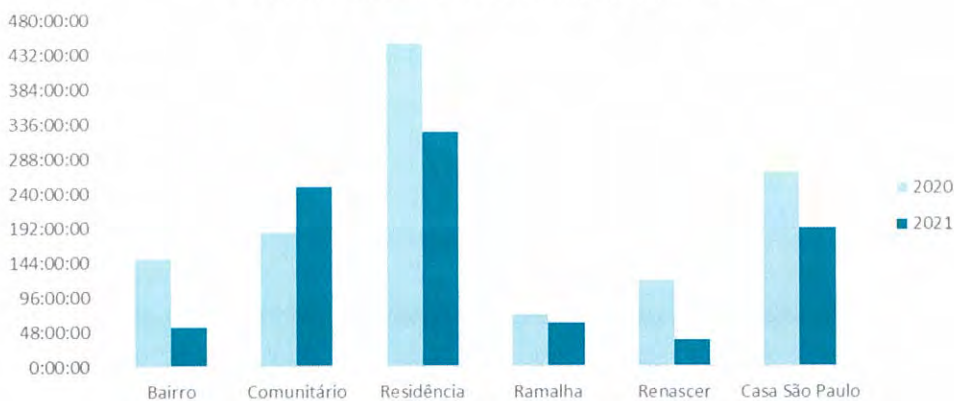
Entidade	Área Formação	Nº estagiários	Nº Horas
EmpowerUp, Lda	Técnica Ação Médica	1	160h
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias	Licenciatura Serviço Social	2	210h
Cognos Formação	Técnica Ação Educativa	1	120h
Piaget	Educadora de Infância	3	50h
IEFP Seixal	Técnica Ação Educativa	2	210h
IEFP Seixal	Técnica Auxiliar de Saúde	1	210h

Absentismo

Média Horas Faltas/Colaborador/Equipamento

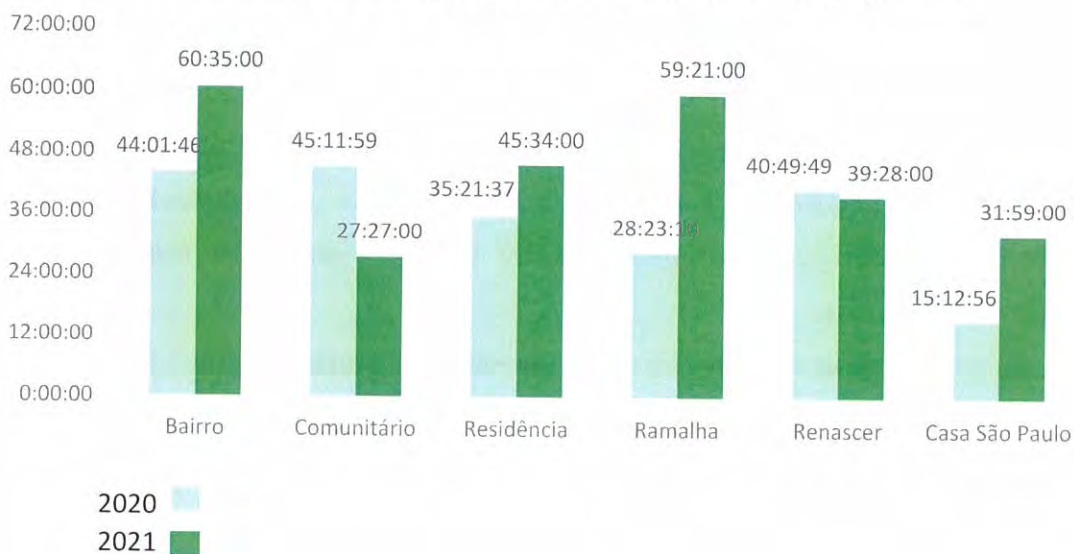


Média Horas Baixa/Colaborador/Equipamento

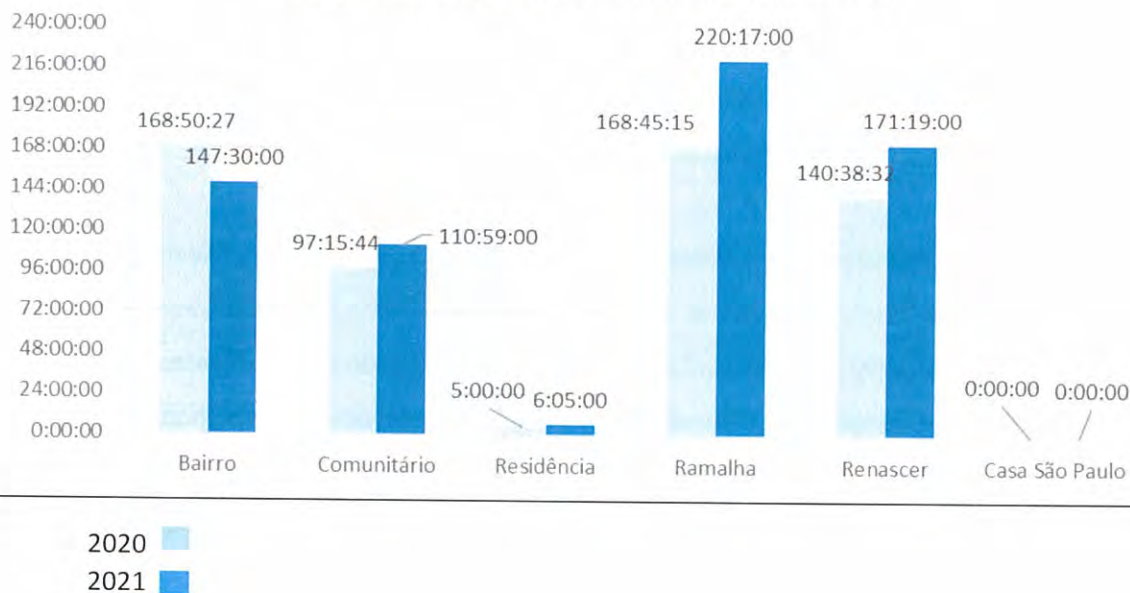


Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'P. José R. L.', 'A. J.', and others.

Média Horas por Ausências Covid-19/Colaborador/Equipamento




Média Horas Lay Off/Colaborador/Equipamento






Formação



Durante o ano letivo 2020/2021 realizaram-se 23 ações de formação, sendo algumas delas previamente delineadas em plano de formação e outras propostas posteriormente por alguns trabalhadores e/ou coordenadoras dos respetivos equipamentos.



Das 24 ações previstas inicialmente em plano de formação, realizaram-se 20 ações tendo sido as restantes ações propostas posteriormente (e colocadas em adenda ao plano). Das 23 ações realizadas, 18 foram frequentadas apenas por 1 a 2 trabalhadores, nas restantes 5 participaram 4 ou mais pessoas. Destas, destacam-se as ações que abrangeram um maior número de trabalhadores, sendo elas:

- Para a área de seniores: “Incontinência – Molicare Premium Elastic”: 14 trabalhadores das Residências;
- Para a área de infância: “Webinar “Educar pela positiva em época de Pandemia” onde estiveram presentes (em formato online) 20 trabalhadoras.

Em relação às ações que, embora sendo dirigidas a um número reduzido de participantes, implicam um maior número de horas de formação, podemos destacar as 2 ações que foram finalizadas durante este ano letivo (iniciadas no ano letivo anterior), sendo elas:

- “Programa de Formação em Gestão de IPSS” – 198h, frequentado por 2 Coordenadoras;
- “Curso Técnico Auxiliar de Farmácia” – 346h, frequentado por duas trabalhadoras da área sénior, de forma a ficarem certificadas enquanto Ajudantes de Farmácia.

Para além das anteriormente referidas, foram realizadas ações de 40h (“Gestão de Estruturas Residenciais para Idosos” e “Crianças e Jovens em Perigo – Execução da Medida de Promoção e Proteção de Acolhimento Residencial”) e de 60h (“Curso de Gestão para Dirigentes”) as quais foram frequentadas por técnicos da Instituição. Estes foram os grupos de trabalhadores a quem foi possível proporcionar mais formação, devido às contingências associadas à pandemia (mais pessoas de baixa e isolamentos, equipas mais reduzidas), bem como, considerando a também maior facilidade/autonomia na realização das formações em regime online.

De seguida, apresentam-se os resultados em termos de horas de formação por equipamento e por ano civil:

Por equipamento

Equip – 2021	Nº total de Trabalhadores*	Horas de Formação realizada	Média de horas/trabalhador
Bairro Nª Senhora da Piedade	50	175,5	3,51
Centro Comunitário Renascer	26	139,5	5,37
Centro Comunitário Laranjeiro/Feijó	38	178	4,68
Creche e Jardim de Inf. Ramalha	23	110,5	4,80
Residência Nª Srª da Esperança	101	355	3,51
Casa de S. Paulo	31	213	6,87
Total Infância	137	568,5	4,15
Total Sénior	132	603	4,56
Totais	269	1171,5	4,36

Em 2021 voltou-se a constatar equidade na distribuição de horas de formação pelas áreas *Sénior* (603 horas de formação ministrada) e *Infância* (568,5 horas de formação ministrada), porém em termos de total de horas de formação não se verificou essa equidade face ao ano anterior.

No seguimento da pandemia de Covid-19, a qual perdura há mais de 2 anos, verificou-se um contínuo decréscimo acentuado ao longo dos anos em termos de número de horas de formação. Em 2021 realizaram-se menos de metade do número de horas do ano 2020. As empresas de formação têm-se reinventado e adaptado novos meios (formato e-learning/online), porém, infelizmente estes métodos não se adaptam transversalmente a todas as realidades. Embora tenham sido realizadas formações, as mesmas incidiram maioritariamente nos quadros técnicos da Instituição e menos nas categorias com maior número de funcionários (AAD, AAE, entre outros grupos). Importa porém, mencionar que em 2020 realizou-se o maior número de horas de formação de longa duração da ação de Técnico Auxiliar de Farmácia (terminado em novembro de 2020), o que acaba por influenciar em termos de análise a resultados comparativos.

P. F. K.

Por ano civil

	2019	2020	2021
Nº horas realizadas	3841h	2926,5h	1171,5h
Nº trabalhadores abrangidos	164	164	99
Nº médio de trabalhadores	289	273	269
Nº trabalhadores efetivos	226	228	232
Média de horas por trabalhador	13,29h	10,72h	4,36h
Média de horas por trabalhador efetivo	17h	12,84h	5,05h

O processo de avaliação de desempenho por competências de 2020-2021 teve como resultado uma média global de 3,7 (o trabalho realizado correspondeu sempre e por vezes excedeu o que é esperado), verificando-se uma vez mais, um resultado igual ao exercício anterior.

Apesar do resultado global ser igual, existiram diferenças nos resultados por categorias. Verificou-se um aumento do resultado em várias categorias (destacadas a azul), sendo apenas as Ajudantes de Ação Direta a manter a mesma avaliação; Escriturários a decrescerem para 3,7 e motoristas decresceram igualmente para 3,4.

Avaliação de Desempenho por Competências

Cat. Profissional / Média Avaliação	2019_2020	2020_2021
Ajud. Ação Educativa	3,8	4
Ajud. Cozinha	3,6	3,7
Ajud. Ação Direta	3,6	3,6
Cozinheiras	3,6	3,9
Educ. Infância	3,8	3,9
Emp. Lavandaria	3,4	4
Escriturários	3,8	3,7
Motoristas	3,5	3,4
Trab. Auxiliares (inclui TA S. Gerais)	3,5	3,6

Handwritten signatures and initials in blue ink:
 P. Ricardo
 CP
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]

5- Atuação na área da Infância

A área da Infância em 2021 concentrou-se em 4 equipamentos: Bairro, Centro Comunitário, Renascer e Ramalha. São desenvolvidas as respostas sociais de Creche, Pré-Escolar, Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL) e Centro de Acolhimento Temporário (CAT), verificando-se, em dezembro de 2021, a frequência de 707 utentes.

Foram realizadas as atividades pedagógicas de acordo com o plano de atividades 2020/2021 e 2021/2022, tendo, além dessas, os utentes acesso a diversas atividades de complemento curricular disponibilizadas em cada equipamento.

Aos utentes de infância é ainda disponibilizado transporte escolar, para as escolas de 2º ciclo de proximidade dos equipamentos de frequência das crianças e, também, transporte de e para casa, de acordo com as necessidades dos mesmos.



Centro Comunitário Cova da Piedade/Laranjeiro



Creche e Jardim de Infância da Ramalha



Centro Comunitário Renascer



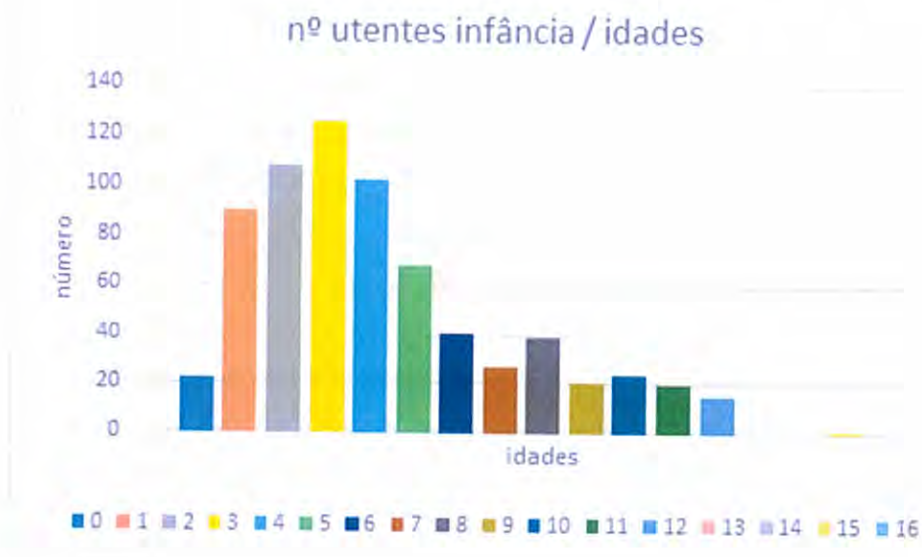
Bairro N. Sra. da Piedade O berço



Bairro N. Sra. da Piedade A nossa creche

Ocupação Vagas dezembro 2021

N	Sala	EQUIPAMENTO	Resposta Social	NOME	ACORDO	Total Equipamento	NOTAS
1	12	BAIRRO ANC	A N.Creche*Bercário	ANC-Bercário	32	7	34
2	13	BAIRRO ANC	A N.Creche*1ano	ANC-1Ano		10	
3	14	BAIRRO ANC	A N.Creche*2anos	ANC-2Anos		15	
4	9	BAIRRO BERÇO	O Berço*Bercário	BER-Bercário	35	8	49
5	10	BAIRRO BERÇO	O Berço*1ano	BER-1Ano		12	
6	11	BAIRRO BERÇO	O Berço*2anos	BER-2Anos		15	
7	68	BAIRRO BERÇO	O Berço*1 ano sem acordo	Mista 1 - 2 anos		13	
7	1	BAIRRO	Bairro*Azul	Azul	125	25	126
8	2	BAIRRO	Bairro*Arco-iris	Arco-iris		25	
9	3	BAIRRO	Bairro*Amarela	Amarela		25	
11	5	BAIRRO	Bairro*Rosa	Rosa		25	
12	6	BAIRRO	Bairro*Laranja	Laranja		25	
13	7	BAIRRO	Bairro*CATL 1c	CATL1	105		105
14	8	BAIRRO	Bairro*CATL 2c	CATL2		44	
15	18	COMUNITARIO	Comunitário*Bercário	Rosa	52	6	52
16	19	COMUNITARIO	Comunitário*1ano	Amarela		12	
17	20	COMUNITARIO	Comunitário*2anos	Verde		18	
18	22	COMUNITARIO	Comunitário*1ano	Laranja		16	
19	21	COMUNITARIO	Comunitário*P.Escol1	Mil Cores	45	25	52
20	30	COMUNITARIO	Comunitário*P.Escol2	Azul		20	
21	31	COMUNITARIO	Comunitário*CATL 1c	CATL1	30		42
22	48	COMUNITARIO	Comunitário*CATL 2c	CATL2		6	
23		COMUNITARIO	Comunitário*CAT	CAT	13		13
24	32	RENASCER	Renascer*Bercário	Branca	59	10	60
25	33	RENASCER	Renascer*1ano	Rosa		12	
26	34	RENASCER	Renascer*2anos	Amarela		18	
27	41	RENASCER	Renascer*1ano	Azul		12	
29	35	RENASCER	Renascer*P.Escolar1	Vermelha	50	25	52
30	36	RENASCER	Renascer*P.Escolar2	Verde		25	
31	37	RENASCER	Renascer*C.A.T.L.	Arco-iris	20	20	20
32	55	RAMALHA	Ramalha*Creche 1	Sonhos	43	8	47
33	56	RAMALHA	Ramalha*Creche 2	Aquário Azul		10	
34	57	RAMALHA	Ramalha*Creche 3	Aquário Verde		10	
35	58	RAMALHA	Ramalha*Creche 4	Arco-iris		15	
36	59	RAMALHA	Ramalha*J.Infância 1	Jardim	65	25	66
37	60	RAMALHA	Ramalha*J.Infância 2	Sol		20	
38	67	RAMALHA	Ramalha*J.Infância 3	Casinha Branca		20	
TOTAL					661	704	



6- Atuação na Área Sénior

O ano de 2020 foi fortemente marcado pela pandemia e seus consequentes desafios. Em 2021 parte deste cenário manteve-se, porém com significativos avanços no restabelecer de algumas dinâmicas pré pandemia. Foram ainda assim, mantidas as orientações por parte da Direção Geral de Saúde, considerando a necessidade de manter a atenção redobrada e sensibilidade face ao surto universal que ainda assola a humanidade.

ERPI- Estrutura Residencial Pessoas Idosas

Em contexto de ERPI, no primeiro trimestre de 2021 surgem as ansiadas primeiras e segundas doses da vacinação contra a Covid-19, o que acabou por contribuir determinantemente para o restabelecer das visitas dos familiares no interior da instituição e, pouco tempo depois, para as desejadas e ansiadas saídas dos utentes ao exterior de forma autónoma.

Em setembro, é administrada a terceira dose. Quando alargada à população em geral, os visitantes ficaram aí, obrigados a apresentar certificado de vacinação ou de recuperação. Em caso de ausência do mesmo, a entrada obrigava um teste PCR ou antigénio negativo.

Um dos grandes desafios registados passou, pela gestão das equipas, pois continuaram ainda assim a existir diversos casos positivos e diversas indicações para a realização de isolamentos profiláticos, conduzindo a um esforço extra por parte de todos os trabalhadores.

Já perto do final do ano 2021 e apesar do contínuo estado pandémico, sentiu-se uma maior segurança e estabilidade, devido a um maior conhecimento adquirido, quer pela comunidade científica quer pela comunidade em geral, para agilizar qualquer situação que se viesse a revelar mais complexa.

SAD- Serviço de Apoio domiciliário

No Serviço de Apoio Domiciliário, face à estabilidade sentida na comunidade os trabalhadores regressaram às normais dinâmicas dentro das instalações dos equipamentos. A coordenação da Resposta Social, reforçou as visitas de acompanhamento sobre a forma presencial. No decorrer do ano, novos conhecimentos e ferramentas adquiridas potenciaram a estabilidade conduzindo a uma maior segurança e procura dos serviços prestados.

Esta resposta assumiu-se como uma mais valia preciosa na comunidade, pois em alguns casos foi o único suporte de apoio a utentes em cuja Covid-19 teve impacto direto.

Centro de dia

O exercício da atividade regular de Centro de Dia foi em diversos períodos condicionado pela ocorrência do surto pandémico Covid -19. Devido a esta situação a resposta social sofreu em determinados momentos, um decréscimo no número de frequências de utentes.

A estratégia encontrada para continuar a dar suporte e apoio aos utentes foi a contínua domiciliação dos serviços.

Considerando a necessidade de garantir este apoio e acompanhamento aos utentes, foi proposto a prestação dos serviços indispensáveis à sua subsistência e bem-estar pessoal, nomeadamente através de: fornecimento de refeições; cuidados de higiene pessoal; tratamento de roupas; aquisição de compras e medicação; entre outros que se considerassem necessários.

Ao longo desta jornada, o fornecimento de refeições foi o serviço mais solicitado pelos utentes. A coordenação da resposta manteve contactos com os utentes e familiares, de forma a identificar necessidades que pudessem ser suprimidas com o apoio institucional. Aos utentes que estavam sozinhos em domicílio, foram efetuadas visitas regulares pela equipa. Os dias festivos foram celebrados com momentos de animação e ofertas alusivas à festividade.

A instituição tentou ao máximo minimizar o isolamento diário. As relações sociais na terceira idade são muito importantes, pois auxiliam na melhoria da saúde mental, previnem depressões, evitam o sedentarismo, entre outras importantes temáticas.

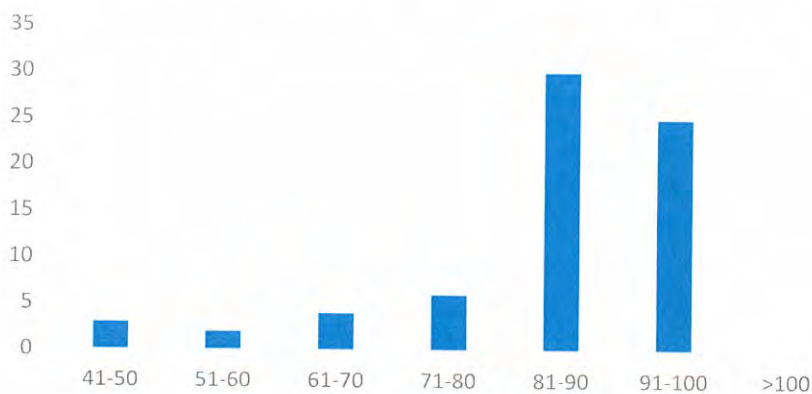
O restabelecer de grande parte das dinâmicas pré pandemia, são à data e felizmente, já vivenciadas no local do equipamento reservado para o efeito.

Resposta Social/Nº Utentes com Acordo

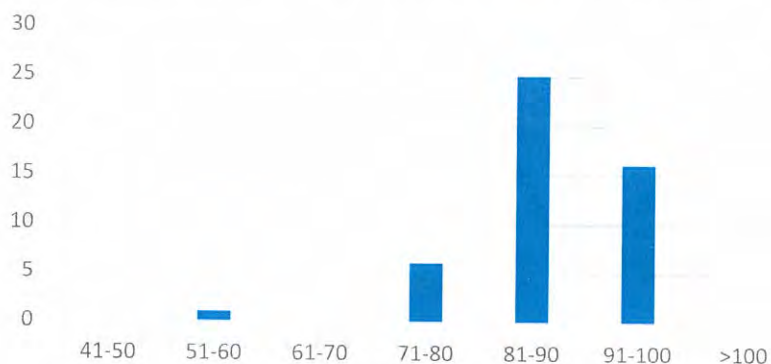
Equipamento	RS	Nº Utentes com Acordo
Residência		230
900303	ERPI	60
900301	CD	50
900302	SAD	70
900304	CC	50
Casa de São Paulo		29
901001	ERPI	29
Renascer		15
900206	SAD	15

Caracterização demográfica da área sénior

ERPI | Residência Nossa Senhora da Esperança – Distribuição por Faixa Etária

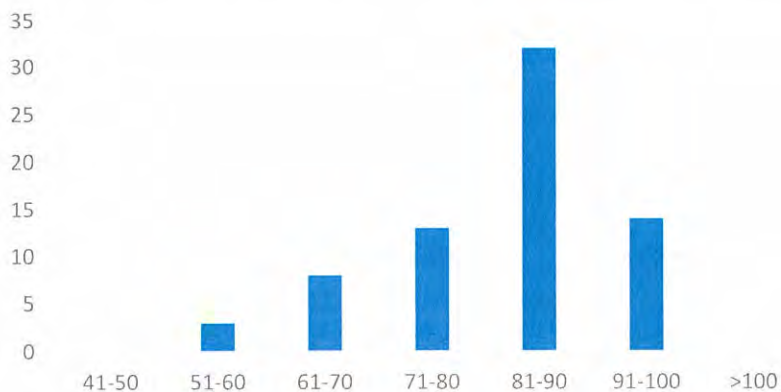


ERPI | Residência Casa de São Paulo – Distribuição por Faixa Etária

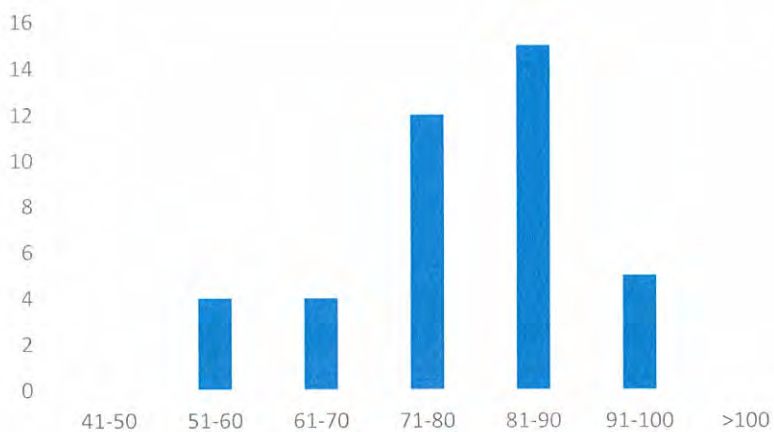


P. José A.
El
dy
P.
A.
P.

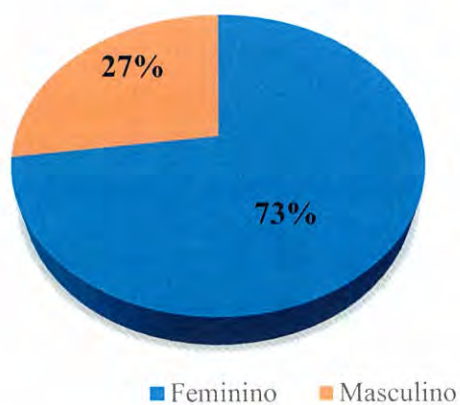
SAD | Residência Nossa Senhora da Esperança -Distribuição por Faixa Etária



CENTRO DIA | Residência Nossa Senhora da Esperança -Distribuição por Faixa Etária



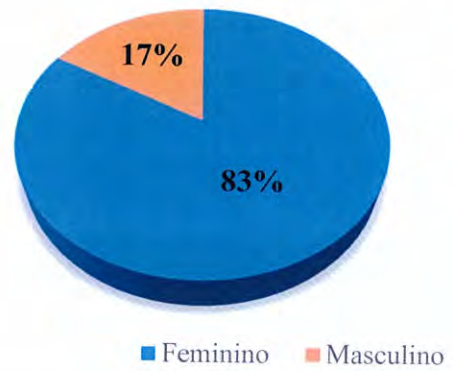
ERPI | Residência Nossa Senhora da Esperança -Distribuição por género



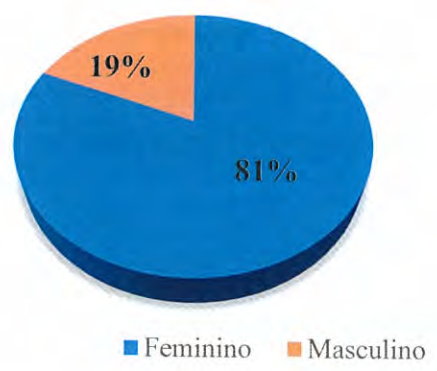
P. José R.

CP
Tey
H
X
Z

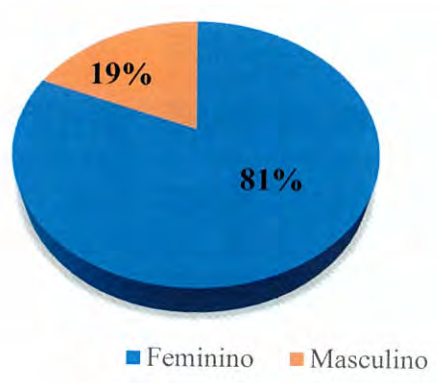
ERPI | Residência Casa de São Paulo -Distribuição por género



SAD | Residência Nossa Senhora da Esperança -Distribuição por género



CENTRO DIA | Residência Nossa Senhora da Esperança -Distribuição por género



Constata-se que a faixa etária com maior incidência, e de forma transversal a todas as respostas sociais, centra-se no intervalo dos 81 aos 90 anos, seguindo-se a faixa etária dos 91 aos 100 anos. Quanto ao género predomina o sexo feminino em todas as respostas sociais.

7- Atuação no âmbito da Ação Social

O ano de 2021, manteve uma conjuntura similar à de 2020, infelizmente agravando situações socioeconómicas já em si muito débeis para muitos indivíduos e famílias. Manteve-se assim, uma atuação diferenciada e muito reforçada neste tipo de respostas sociais direcionadas, com a seguinte caracterização:

Cantina Social

Nº de Refeições Distribuídas						
Ano	Bairro	Comunitário	Ramalha	Renascer	Residência	Total
2020	473	524	0	380	1203	2580
2021	464	2188	0	124	860	3636
Evolução	-2%	318%	0%	-67%	-29%	41%

Durante o ano 2021, a maior parte das refeições da Cantina Social transitaram no mês de abril para o Centro Comunitário Cova da Piedade/Laranjeiro, centralizando-se junto da coordenação técnica local.

Mantiveram-se algumas refeições a sair do Equipamento Bairro (famílias com utentes a frequentar o equipamento).

BA- Banco Alimentar

2021			
Mês	Nº Agregados Familiares	Nº Indiv.	Nº Cabazes entregues
Janeiro	52	116	104
Fevereiro	53	129	106
Março	66	158	132
Abril	71	169	142
Maiο	73	167	146
Junho	69	160	69
Julho	71	153	142
Agosto	71	160	71
Setembro	67	148	134
Outubro	64	146	128
Novembro	62	140	124
Dezembro	65	137	65
Total Cabazes 2021			1363

A procura do Banco Alimentar na nossa comunidade, refletiu um contínuo aumento durante 2021. Foi possível igualmente, apoiar as famílias com recurso a cabazes compostos com produtos também

R. José R. L.

provenientes de arcas de recolha de alimentos, localizadas nas igrejas da Paróquia, bem como donativos de outros parceiros.

POAPMC 2ª Fase- Programa de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas

2021			
Mês	Nº Agregados Familiares	Nº Indiv.	Nº Cabazes entregues
Janeiro	44	100	44
Fevereiro	44	109	44
Março	44	107	44
Abril	43	106	43
Maio	41	110	41
Junho	41	109	41
Julho	41	109	41
Agosto	41	110	41
Setembro	39	105	39
Outubro	41	110	41
Novembro	41	106	41
Dezembro	41	109	41
Total Cabazes 2021			501

Impulsionada pela pandemia, manteve-se a possibilidade de se duplicar o número de agregados familiares apoiados, que culminaram num aumento do número de cabazes entregues face ao ano de 2020. Manteve-se o apoio aos destinatários finais, 103 pessoas, contudo foi sempre possível apoiar com uma margem adicional de 10% prevista em programa, para e até cerca de 10 pessoas adicionais, o que originou alguns meses com variações significativas.

8- Certificação de Qualidade

Instituída na Instituição desde 2009, a certificação de qualidade encontra-se plenamente implementada em todas as respostas sociais.

À semelhança dos anos anteriores, em 2021 realizou-se mais uma auditoria, de 1º acompanhamento à NP EN ISO 9001:2015 (Norma Portuguesa que resultada da adoção de uma norma europeia) e aos MAQISS (Manuais de Qualidade do Instituto de Segurança Social) Nível A para as respostas de Creche, Centro de Dia, Estruturas Residenciais para Idosos, Centro de Acolhimento Temporário e Serviço de Apoio Domiciliário. Com o resultado, verificou-se a manutenção da certificação de nível A, nas respostas sociais em que é aplicável.

No relatório de auditoria de certificação foram identificadas 6 não conformidades menores, prontamente solucionadas pela Direção da Instituição, evidenciando a importância do processo através da sua regular monitorização e realização, para o contínuo assegurar da qualidade institucionalmente desejada e definida.

O processo de certificação de qualidade continua a ser para a Direção do CSPPRG fundamental para o reconhecimento externo das boas práticas desenvolvidas na Instituição, pelo que no ano de 2022 o processo continuará em vigor.

9- Investimentos e Conservação

No ano de 2021 mantiveram-se as iniciativas de investimento na conservação e melhoria das instalações e equipamento do Centro Social Paroquial Padre Ricardo Gameiro, verificando-se na globalidade uma diminuição dos custos relativamente ao ano de 2020.

Aquisição	2020	2021
Equipamento	46.306,04€	46.070,49€
Material Didático	13.628,81€	11.296,63€
Viaturas	50.737,57€	0,00€
Total	140.672,42€	58.119,00€

Ao nível da aquisição de novos equipamentos, destaca-se a aquisição de uma plataforma elevatória para a Casa Senhorial da Ramalha, onde se desenvolvem as atividades da Cultura Aberta, de forma a permitir maior acessibilidade aos utentes que dela necessitam ao edifício. O investimento total ascendeu aos 31.531,06€ tendo sido obtida uma comparticipação da autarquia no valor de 13.000,00€.

Conservação e Manutenção	2020	2021
Instalações	78.718,95€	60.876,50€
Contratos Manutenção	85.496,04€	79.775,52€
Manutenção Viaturas	6.684,02€	6.473,43€
Total	170.899,01€	147.125,45€

Relativamente às ações de conservação e manutenção, verificou-se um decréscimo no valor despendido em contratos de manutenção preventiva, resultado da negociação de alguns dos contratos em vigor.

As reparações preconizadas durante o ano de 2021 incidiram essencialmente sobre avarias decorrentes da utilização normal dos equipamentos, destacando-se em termos de valor acumulado

as ações sobre os sistemas de AQS da Residência Nossa Senhora da Esperança assim como da Casa de São Paulo, cerca de 17.000€.

No ano de 2021 foram ainda realizadas candidaturas para aquisição de duas viaturas elétricas no âmbito do programa Mobilidade Verde Social (PRR), tendo as mesmas sido aprovadas no valor de 25.000€ por viatura, aguardando-se no ano de 2022 a concretização da sua aquisição.

Quanto aos investimentos em novas infraestruturas, no ano de 2021 iniciou-se a obra de construção da Residência Nossa Senhora da Piedade, prevendo-se a sua conclusão em 2022. O projeto do CACI/Lar Residencial da Romeira manteve-se durante o ano de 2021 a aguardar pela aprovação da candidatura ao programa PARES, promovido pelo Instituto de Segurança Social, IP., tendo obtido a aprovação a parte somente correspondente à Resposta Social de Lar Residencial já no ano de 2022.

Na Quinta D. Manuel Martins manteve-se o investimento na sua conservação, melhorias e adaptações, tendo sido despendida uma verba de cerca de 30.000€ em aquisições e intervenções por entidades externas. Durante o ano de 2021, com todas as intervenções realizadas, o espaço da Quinta já pode receber diversas iniciativas sociais, destinadas aos utentes das diferentes respostas sociais, a par de trabalhadores e comunidade em geral.

10- Análise Económica e Financeira

O ano de 2021 é marcado por um início em linha com toda a inversão de paradigma registada durante o ano de 2020.

No primeiro trimestre do ano verificam-se novos confinamentos, que acabaram por ter impactos significativos na atividade da instituição, conduzindo a um menor volume de serviços prestados e à necessidade de recorrer a medidas de apoio direcionadas para o momento, caso do layoff aplicado a grande parte das equipas afetas à área da infância.

Ainda assim, esta diminuição foi principalmente motivada pelos condicionalismos impostos na prestação de determinados serviços, à luz dos decretados encerramentos. Tendo por base critérios de atuação e face ao vivenciado, por deliberação da direção, foram aplicados descontos que chegaram aos 75% sobre as mensalidades da Infância, nos momentos do verificado confinamento. Com a chegada da vacinação para a Covid-19, a saída dos confinamentos e o maior conhecimento adquirido pela comunidade científica sobre a atual pandemia, começou-se paulatinamente a recuperar algumas rotinas essenciais no que à prestação de serviços em pleno da instituição diz respeito. Foram o caso das integrações de utentes em respostas na área sénior, que começaram a ser resgatadas e rotinadas, e que acabaram por contribuir decisivamente para auxiliar à recuperação dos números globais da atividade da instituição.

Em termos comparativos o ano de 2021 face ao 2020, evidencia um acréscimo no volume de prestações de serviços prestados (4,14 p.p) e uma importante linha de decréscimo em termos globais no que a fornecimentos e serviços externos diz respeito (4,06 p.p). Em 2021, não foram verificadas alienações de património significativas que concorressem de forma extraordinária para o resultado do exercício, ao contrário do verificado ano anterior. No seguimento de confinamentos que perduraram por menores períodos de tempo, com menores períodos de isolamentos profiláticos, ausências e interrupções totais de atividade, foi verificado um normal e proporcional acréscimo nos custos com mercadorias vendidas e matérias consumidas (8,17 p.p), bem como, um inevitável acréscimo na rubrica de gastos com pessoal considerando o também impacto do aumento do salário mínimo, entre outras atualizações salariais.

O valor suportado pelos nossos utentes por via da correspondente mensalidade, perfiz cerca de 45,2% dos proveitos, já as verbas recebidas por conta de subsídios são aproximadamente 45,1%, evidenciando um contínuo e ligeiro aumento face ao ano transato. São refletidos os maiores recebimentos de prestações diretas junto de utentes, bem como, refletido o efeito anual da atualização dos acordos de cooperação e o efeito já referido do layoff aplicado durante parte do período de confinamento.

Ao nível dos custos, a rúbrica mais significativa continua como usual, a corresponder aos encargos com pessoal, representando cerca de 67% dos gastos anuais da Instituição.

Globalmente, os proveitos da Instituição situaram-se nos 6,522 milhões de euros e o resultado líquido do exercício em cerca de 555 mil euros.

Todos os excedentes, em virtude da natureza sem fins lucrativos da Instituição, são direcionados para reforço dos fundos patrimoniais e desenvolvimento da Obra Social.

Os resultados na sua totalidade aqui apresentados, à semelhança dos anos anteriores, resultam de uma gestão rigorosa, centrada na perspetiva de sustentabilidade e otimização da Instituição, com o intuito de permitir o sempre reinvestimento nas suas respostas.

No final do exercício de 2021, o passivo corrente da Instituição aumentou face ao resultado do ano transato, situando-se em cerca de 1,684 milhões de euros, aumento esse, diretamente relacionado com a inerência dos investimentos sociais em curso.

É de referir, que a situação equilibrada dos recursos disponíveis e disponibilizados à comunidade resulta, também, da manutenção dos acordos e protocolos firmados com entidades públicas, representando, tal como mencionado, uma parcela importante do seu rendimento.

Como usual, é de extrema importância indicar, que para o desempenho global da Instituição há que continuar a valorizar, os seus recursos humanos, com um quadro de pessoal próprio, e os voluntários que apesar dos constrangimentos vivenciados pelo ainda cenário pandémico,

mantiveram-se grande parte dos mesmos, a desempenhar funções nas várias respostas sociais da Instituição, desde médicos a professores, entre outros, assim como os Órgãos Sociais, nomeadamente a Direção, contribuindo de forma decisiva para os resultados apurados.



Análise de rácios

Em termos económicos, o Centro Social Paroquial Padre Ricardo Gameiro gerou excedentes consideráveis, sendo o VAB (valor acrescentado bruto) de 4,8 milhões de euros. A grande parte da fatia continua a dizer respeito a encargos com pessoal, evidenciando a importância que a Instituição continua a representar enquanto entidade empregadora no concelho onde se insere.

O exercício de 2021 apresentou uma liquidez geral (Ativo/Passivo) de 9,3% e um rácio de solvabilidade (Fundos Próprios/Passivo) de 8,36%. Quanto à autonomia financeira (Capital Próprio/Ativo) a mesma, apresenta um rácio de 89,3%, o que por si só, continua a representar uma situação muito positiva. O cash flow anual (RL + Amortizações + Provisões) foi de 874.829,31 €.

Quanto à rentabilidade dos fundos próprios, esta é de cerca de 3,52% (RL/Total Ativo), continuando a representar um bom indicador de desempenho setorial enquanto IPSS.

Os saldos em bancos situam-se em 5,783 milhões de euros, valor inferior ao registado no ano anterior, e que elucida a necessária canalização de verbas para os investimentos sociais anteriormente anunciados e agora em curso.

Mantém-se a perspetiva de autonomia financeira, cobrindo os fundos próprios 89,31% do total do ativo líquido.

Sobre a liquidez imediata, indicar que em 2021 continuam as disponibilidades a cobrir em cerca de 3,7 vezes o passivo corrente.

11- Impacto da pandemia Covid-19 e perspetivas para 2022

As últimas semanas de 2021 e primeira de 2022, acabaram por se assumir como um período onde foram aplicadas um conjunto de medidas especiais, decretadas com vista ao reforço das medidas de controlo da pandemia. Mais uma vez, foram experienciadas restrições ao nível da frequência de utentes na área da infância, entre outros condicionalismos registados por inerência do solicitado. Ainda assim, importa referir que este período de atuação diferenciado, foi uma vez mais, encarado com resiliência, muito profissionalismo e com um já consolidado conhecimento adquirido de

cf. p. Jai Ril
dy
f
g

situações idênticas, possibilitando atuações ainda mais cuidadas e adequadas, tendo em conta o que o momento impunha.

Pese embora toda a expectativa para que o ano de 2021 fosse um ano de retoma à usual normalidade no quotidiano da humanidade, a verdade é que tal não se veio a verificar por completo. Contudo, os avanços tecnológicos e científicos verificados quer no conhecimento do vírus Sars-Cov-2, quer na atuação e proteção à exposição do mesmo, foram extremamente positivos e com evoluções muitíssimo significativas. Especial relevância para o momento em que a população em geral começou por receber as primeiras doses de vacinas à Covid-19, que visavam prevenir quadros clínicos gravosos em caso de infeção causada pela Covid-19. A vacinação conferiu um grau de proteção adicional à população em geral, e acabou por funcionar como um importante catalisador para o regresso à tão ansiada normalidade, que à data já não nos parece tão longínqua. Em particular, a imunização levada a cabo nos trabalhadores e nos utentes, em especial os afetos às respostas sociais seniores, foi essencial para estabilizar toda a situação que se vinha a assumir como crítica, auxiliando preciosamente na estabilização de equipas, na prevenção da doença em utentes e funcionando inclusive como um indicador de estabilidade à sempre rigorosa e sustentável gestão dos recursos disponíveis.

Por inerência da manutenção em vigor de diversas medidas de controlo à pandemia, continuaram as necessidades de aquisição de equipamentos de proteção individual descartáveis para utilização diária de todos os trabalhadores, assim como, a manutenção de procedimentos reforçados e de aplicabilidade constante, no que à desinfeção de espaços e de materiais diz respeito. Em linha com o já sucedido em 2020, mantiveram-se elevados e significativos os custos nestas vertentes.

Ao longo do ano de 2021 foi possível recuperar praticamente as capacidades máximas instaladas nas respostas sociais existentes, o que contribuiu para que se iniciasse o processo de recuperação em linha com as dotações orçamentais perspetivadas, e que têm por base o sempre cumprimento do definido e planeado.

Para 2022, terá de ser manter uma política de gestão muito criteriosa, no usual planeamento e com uma sempre monitorização muito concreta e realista. Estamos perante um ano de elevados investimentos e dispêndio continuado de verbas, em prol do redimensionamento e aumento da capacidade das respostas da Obra Social.

Os compromissos assumidos são diversos, com especial relevância para o financiamento bancário contratado para auxiliar decisivamente à construção da nova Residência de Nossa Senhora Da Piedade, sem ser possível à data, deixar de valorizar todo um contexto difícil que é agora verificado pelo conflito registado no leste da Europa. Este conflito, confere um maior grau de incerteza do ponto de vista evolutivo no que à elevação exponencial de preços de materiais, matérias primas e

consumíveis diz respeito, bem como, a possíveis e indesejados agravamentos ao contexto socioeconómico que se possam vir a registar.

Sendo impossível ignorar a elevada incógnita quanto ao decurso da pandemia e do conflito bélico atual, estas variáveis podem e em muito condicionar atuações e decisões futuras, pelo que ajustes de estratégias, reanálises e tomadas de decisões devem estar sempre interligadas e na medida do possível ser antecipadas. Em função da evolução a observar e como já referido, preços podem subir drasticamente, país e famílias podem vir a apresentar condições financeiras mais débeis, com reflexos na instituição ao nível dos rendimentos provenientes das diversas prestações de serviços efetuadas, porém, com um expectável e necessário reforço de atuação no âmbito da génese e intervenção social da instituição.

Ainda assim, com o sempre objetivo de melhoria constante, para benefício de utentes e trabalhadores, prevêm-se de forma sucinta as seguintes ações durante o ano de 2022:

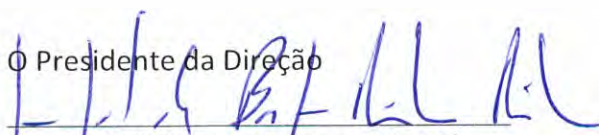
- A conclusão e inauguração da construção da Residência de Nossa Senhora da Piedade;
- Início dos trabalhos de construção da resposta CACI e Lar Residencial na Romeira; (Resposta social destinada à pessoa com deficiência e com concurso público já efetuado);
- Início das comemorações dos 50 anos de aniversário da instituição;
- A aprovação das candidaturas efetuadas no âmbito do PRR- Requalificação e Alargamento da Rede de Equipamentos e Respostas Sociais (Residência N.ª Senhora Piedade, CACI e Residências autónomas);
- Aquisição de duas carrinhas para o Serviço de Apoio Domiciliário (âmbito PRR-Mobilidade Verde);
- A continua realização de obras de manutenção e beneficiação dos diversos equipamentos da Instituição.

12- Proposta de aplicação de Resultados

A Direção propõe que o Resultado Líquido do exercício, no montante de 554.937,84€, seja transferido para Resultados Transitados.

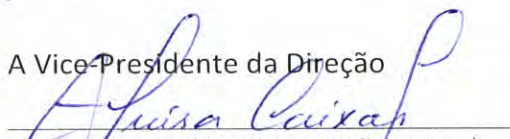
Cova da Piedade, 8 de março 2022

O Presidente da Direção



(Pe. José Gil de Borja Pinheiro Ribeiro)

A Vice-Presidente da Direção




(Ana Luísa Ataíde Albino Pação Caixas)

1º Secretário



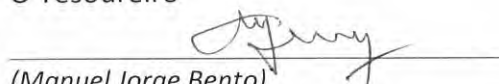
(Maria do Carmo Costa Ferreira de Almeida)

2º Secretário



(Abílio Ferreira)

O Tesoureiro



(Manuel Jorge Bento)

P. João L.

13- Balanço

Centro Social Paroquial Padre Ricardo Gameiro
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Contribuinte : 500867712
Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2021	31 DEZ 2020
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	9 501 041,31	7 895 893,29
Bens do património histórico e artístico e cultural		6 492,00	6 492,00
Ativos intangíveis	6	0,00	0,00
Investimentos financeiros	17.1	30 577,84	23 531,16
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes	5	0,00	0,00
		9 538 111,15	7 925 916,45
Activo corrente			
Inventários	9	95 170,60	93 212,97
Créditos a receber	17.3	37 434,09	28 317,10
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos	17.5	29 866,67	27 705,96
Estado e outros entes públicos	17.10	0,00	0,00
Outros activos correntes	17.4 17.6	276 908,12	298 076,75
Caixa e depósitos bancários	17.7	5 783 563,54	6 434 755,86
		6 222 943,02	6 882 068,64
Total do ativo		15 761 054,17	14 807 985,09
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	17.8	57 080,17	57 080,17
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		2 954 593,62	2 954 593,62
Resultados transitados	17.8	6 801 206,30	6 171 613,24
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	17.8	3 708 925,64	3 782 958,78
		13 521 805,73	12 966 245,81
Resultado líquido do período		554 937,84	629 593,06
Total dos fundos patrimoniais		14 076 743,57	13 595 838,87
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	11	0,00	26 652,86
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		0,00	26 652,86
Passivo corrente			
Fornecedores	17.9	82 520,41	102 677,82
Estado e outros entes públicos	17.10	140 231,50	99 372,77
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	8	0,00	0,00
Diferimentos	17.5	202 802,23	176 395,95
Outros passivos correntes	17.11	1 258 756,46	807 046,82
		1 684 310,60	1 185 493,36
Total do passivo		1 684 310,60	1 212 146,22
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		15 761 054,17	14 807 985,09

Contabilista Certificado

João Secretário Bereta de L.

A Direcção

[Handwritten signature]
Esclusa Caixa

[Handwritten signature]
31
Médico do Trabalho
11/11/2021

14- Demonstração de Resultados

Centro Social Paroquial Padre Ricardo Gameiro

Contribuinte : 500867712

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

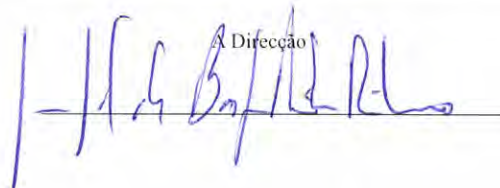
Moeda : EUROS

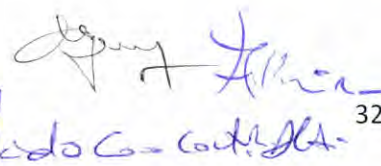
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 021	2 020
Vendas e serviços prestados	10	2 950 746,11	2 833 459,13
Subsídios, doações e legados à exploração	17.13	2 942 722,48	2 763 674,94
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		273 624,57	396 839,04
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	457 234,92	422 709,28
Fornecimentos e serviços externos	17.14	880 115,35	917 369,26
Gastos com o pessoal	15	4 275 730,55	4 114 589,21
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)	11	-26 652,86	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	17.15	297 012,53	420 658,63
Outros gastos	17.16	61 254,43	63 911,42
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		816 423,30	896 052,57
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	293 238,61	295 816,89
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		523 184,69	600 235,68
Juros e rendimentos similares obtidos	17.17	31 753,15	29 699,97
Juros e gastos similares suportados	17.17	0,00	342,59
Resultados antes de impostos		554 937,84	629 593,06
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		554 937,84	629 593,06

Contabilista Certificado



A Direcção





15- Fluxos de Caixa

Centro Social Paroquial Padre Ricardo Gameiro
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2021	2020
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		2 920 046,75	2 914 091,80
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		1 414 895,48	1 353 915,93
Pagamentos ao pessoal		2 563 587,48	2 424 118,12
Caixa gerada pelas operações		-1 058 436,21	-863 942,25
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		1 724 646,83	1 591 315,19
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		666 210,62	727 372,94
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		1 352 500,68	373 263,12
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		7 804 000,00	10 253 000,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		4 800,00	100 125,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		7 804 000,00	10 253 000,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		30 297,74	34 191,71
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-1 317 402,94	-238 946,41
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-651 192,32	488 426,53
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		6 434 755,86	5 946 329,33
Caixa e seus equivalentes no fim do período		5 783 563,54	6 434 755,86

Contabilista Certificado

José Jacinto Barreira

A Direcção

H. de Barros
 Direcção Caixa

António Costa
 33

16- Variação dos Fundos Patrimoniais

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL PADRE RICARDO GAMEIRO

N.º 500.667.712 ANO: 2021

		Fundos Patrimoniais										Total	Interesses minoritários	Totais Fundos Patrim.
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos Act. Financ.	Excedentes reavaliação	Out.variaç fundos patrim.	Resultado liquido	Total				
1	17.8	57.080.17	0.00	2.954.593.62	6.171.613.24	0.00	0.00	3.782.950.78	629.593.06	13.595.936.67	0.00	13.595.936.67	0.00	13.595.936.67
Alterações ao período:														
Primeira adopção de novo referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeira														
Realização do excedente de ver. de activos fixos tangíveis e intangíveis														
Excedentes de reval. activos fixos tangíveis e resp. variações														
Ajustamentos por impostos diferidos														
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais														
2	17.8	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-74.033.14	-629.593.06	-703.626.20	0.00	-703.626.20	0.00	-703.626.20	
3	17.8							554.937.64	554.937.64	0.00	554.937.64	0.00	554.937.64	
4	17.8							-74.655.22	-140.668.36	0.00	-140.668.36	0.00	-140.668.36	
Operações com Instituidores no período														
Fundos														
Subsídios, doações e legados														
Outras operações (Aplicação Resultados)														
5	17.8	0.00	0.00	0.00	629.593.06	0.00	0.00	0.00	0.00	629.593.06	0.00	629.593.06	0.00	629.593.06
6	17.8	57.080.17	0.00	2.954.593.62	6.801.206.30	0.00	0.00	3.708.925.64	554.937.64	14.076.743.57	0.00	14.076.743.57	0.00	14.076.743.57

Luís João Leal
Carolina Coimbra
José António
Helder Costa

P. Joel
A
Ag
H
J
Z

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL PADRE RICARDO GAMEIRO

Conta de Gerência

-

Anexo

Índice

1	Identificação da Entidade	xxxvii	
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	xxxviii	
3	Principais Políticas Contabilísticas	xxxvi	
3.1	Bases de Apresentação	xxxvi	
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	xxxvi	
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	xlvii	
5	Activos Fixos Tangíveis	xlvii	
6	Activos Intangíveis	xlviii	
7	Locações	I	
8	Custos de Empréstimos Obtidos	I	
9	Inventários	li	
10	Rédito	li	
11	Provisões, passivos contingentes e activos contingentes	li	
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo	lii	
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio	lii	
14	Imposto sobre o Rendimento	lii	
15	Benefícios dos empregados	lii	
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	liii	
17	Outras Informações	liii	
17.1	Investimentos Financeiros	liii	
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	liv	
17.3	Créditos a Receber	liv	
17.4	Outros Activos Correntes	lv	
17.5	Diferimentos	lv	
17.6	Outros Activos Financeiros	lv	
17.7	Caixa e Depósitos Bancários	lv	
17.8	Fundos Patrimoniais	lvi	
17.9	Fornecedores	lvi	
17.10	Estado e Outros Entes Públicos	lvi	
17.11	Outros Passivos Correntes	lvii	
17.12	Outros Passivos Financeiros	lvii	
17.13	Subsídios, doações e legados à exploração	lvii	
17.14	Fornecimentos e serviços externos	lvii	
17.15	Outros rendimentos e ganhos	lviii	
17.16	Outros gastos e perdas	lviii	
17.17	Resultados Financeiros	lviii	
17.18	Acontecimentos após data de Balanço	lix	

1 | Identificação da Entidade

1.1 Designação da entidade

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL PADRE RICARDO GAMEIRO

Na sua forma jurídica assume-se como uma instituição de utilidade pública, conforme publicação no Diário do Governo, III Série nº 44, de 21 de Fevereiro de 1973, reconhecida como Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), conforme Decreto-Lei nº 119/83, 25 de Fevereiro.

1.2 Sede

RUA RAMIRO FERRÃO, 38 * RESIDÊNCIA Nº Srª ESPERANÇA – 2805-348 ALMADA

1.3 NIPC

500 867 712

1.4 Natureza da actividade

A Instituição foi constituída em 6 de Fevereiro de 1973 e apresenta como fins estatutários promoção humana e respeito pela sua dignidade desenvolvendo actualmente as seguintes respostas:

- CRECHE
- EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR
- CENTRO DE ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES
- ESPAÇO LÚDICO-PEDAGÓGICO
- LAR DE IDOSOS
- SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO
- CENTRO DE DIA
- CENTRO DE CONVÍVIO
- CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO PARA CRIANÇAS EM RISCO
- RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA

2 | Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2021 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

3 | Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adoptadas pela Entidade na preparação das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

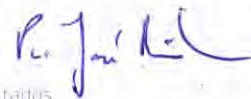
Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

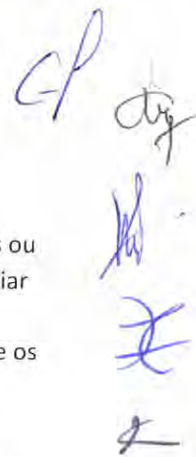
Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respectivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações



significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.



3.1.4 Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. Considera-se que as omissões ou declarações incorrectas de itens são materiais se puderem, individualmente ou colectivamente influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. A dimensão ou a natureza do item, ou uma combinação de ambas, pode ser o factor determinante.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transacções ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações nos fundos patrimoniais e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo. Se uma linha de item não for individualmente material, ela é agregada a outros itens, seja na face dessas demonstrações, seja nas notas do anexo. Um item que não seja suficientemente material para justificar a sua apresentação separada na face dessas demonstrações pode porém, ser suficientemente material para que seja apresentado separadamente nas notas do anexo.

3.1.5 Compensação

Os activos e passivos, e os rendimentos e gastos, não devem ser compensados. É importante que os activos e passivos e os rendimentos e gastos sejam separadamente relatados. A compensação quer na demonstração dos resultados quer no balanço, excepto quando a mesma reflecta a substância da transacção ou outros acontecimentos, prejudica a capacidade dos utentes em compreender as transacções, outros acontecimentos e condições que tenham ocorrido e de avaliar os futuros fluxos de caixa da entidade.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa deve ser incluída para a informação descritiva quando for relevante para compreensão das demonstrações financeiras do período corrente.

Por alteração de políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Activos Fixos Tangíveis

Os “Activos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias

para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	-----
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	4
Equipamento biológico	-----
Equipamento administrativo	6
Outros Activos fixos tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontra espelhada na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração é também efectuada para os bens cujo valor de transacção careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como activos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa

P. João

conta com denominação adequada dentro do activo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.3 Outros Créditos e Activos não Correntes

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes activos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da actividade corrente dos negócios.

As "Propriedades de Investimento" são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efectuada por Entidade especializada independente. São reconhecidos directamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica "Aumentos/reduções de justo valor", as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos activos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica "Propriedades de investimento em desenvolvimento" até à conclusão da construção ou promoção do activo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como "Variação de valor das propriedades de investimento", que tem reflexo directo na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respectivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.4 Activos Intangíveis

Os "Activos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "Despesas de investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os activos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projectos de Desenvolvimento	-----
Programas de Computador	3
Propriedade industrial	-----
Outros Activos Intangíveis	-----

O valor residual de um "Activo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, excepto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o activo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado activo para este activo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.5 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os "Investimentos Financeiros" são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efectuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efectuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida directamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, excepto quando o negócio a que esse Goodwill está afecto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Activos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.6 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados

P. J. R. L.

necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adopta como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra directa e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou dos serviços que lhes estão associados não estão directamente relacionados com a capacidade de gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com excepção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro excepto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, excepto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

Créditos a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Activo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Activos não Correntes.

Outros activos e passivos correntes

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Activos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outros passivos correntes" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.9 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objecto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam reflectir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Activos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.10 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimos Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

E/ou

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do activo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o activo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as actividades indispensáveis à preparação do activo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as actividades necessárias para preparar o activo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das actividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Activos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respectivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos directos iniciais são acrescidos ao valor do activo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o activo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) "As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director-geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas."

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa aplicável sobre a matéria colectável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da colecta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2016 a 2020 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

Ricardo
af

4 | Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

af

5 | Activos Fixos Tangíveis

Outros Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

af

af

af

Activos Fixos Tangíveis

2020						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	650.057,54	71.005,03				721.062,57
Edifícios e outras construções	8.905.486,64					8.905.486,64
Equipamento básico	1.475.685,07	7.120,21				1.482.805,28
Equipamento de transporte	362.646,23	50.737,57	45.670,69			367.713,11
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	1.028.285,13	20.827,96				1.049.113,09
Outros Activos fixos tangíveis	311.493,16	18.357,87				329.851,03
Imobilizações em curso	510.779,12	246.578,63				757.357,75
Obras de Arte	6.492,00					6.492,00
Propriedades de investimento	31.571,71		31.571,71			0,00
Total	13.282.496,60	414.627,27	77.242,40	0,00	0,00	13.619.881,47

Depreciações de Activos Fixos Tangíveis

2020				
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Custo				
Terrenos e recursos naturais	0,00			0,00
Edifícios e outras construções	2.530.337,45	192.015,94		2.722.353,39
Equipamento básico	1.304.413,93	54.905,14		1.359.319,07
Equipamento de transporte	349.421,25	19.296,89	45.670,69	323.047,45
Equipamento biológico	0,00			0,00
Equipamento administrativo	985.717,82	22.681,96		1.008.399,78
Outros Activos fixos tangíveis	297.459,53	6.916,96		304.376,49
Propriedades de investimento	3.735,08		3.735,08	0,00
Total	5.471.085,06	295.816,89	49.405,77	5.717.496,18

Activos Fixos Tangíveis

2021						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	721.062,57		7.202,50			713.860,07

Edifícios e outras construções	8.905.486,64	31.531,06	21.607,50			8.915.410,20
Equipamento básico	1.482.805,28	3.068,82				1.485.874,10
Equipamento de transporte	367.713,11					367.713,11
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	1.049.113,09	3.673,64	14.341,80			1.038.444,93
Outros Activos fixos tangíveis	329.851,03	8.549,47				338.400,50
Imobilizações em curso	757.357,75	1.877.348,59				2.634.706,34
Obras de Arte	6.492,00					6.492,00
Propriedades de investimento	0,00					0,00
Total	13.619.881,47	1.924.171,58	43.151,80	0,00	0,00	15.500.901,25

Depreciações de Activos Fixos Tangíveis

Descrição	2021			Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	
Custo				
Terrenos e recursos naturais	0,00			0,00
Edifícios e outras construções	2.722.353,39	194.738,64	3.025,05	2.914.066,98
Equipamento básico	1.359.319,07	50.551,14		1.409.870,21
Equipamento de transporte	323.047,45	19.296,89		342.344,34
Equipamento biológico	0,00			0,00
Equipamento administrativo	1.008.399,78	21.186,68	14.341,80	1.015.244,66
Outros Activos fixos tangíveis	304.376,49	7.465,26		311.841,75
Propriedades de investimento	0,00			0,00
Total	5.717.496,18	293.238,61	17.366,85	5.993.367,94

	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Depreciações Acumuladas	Activo Líquido
2020	13.619.881,47	5.717.496,18	7.902.385,29
2021	15.500.901,25	5.993.367,94	9.507.533,31

**Na rubrica Edifícios e outras construções encontram-se registados os imóveis abaixo discriminados e que se referem a Direitos de Superfície:

150312-União Freguesias Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas * Artº U-5535 e U-5586

150315-União das Freguesias de Laranjeiro e Feijó * Artº U-2440

6 | Activos Intangíveis

Outros Activos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

P. J. L.
 EP
 J. J.

Activos Intangíveis

2020						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projectos de Desenvolv.	0,00					0,00
Programas de Computador	9.740,24					9.740,24
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Activos intangíveis	0,00					0,00
Total	9.740,24	0,00	0,00	0,00	0,00	9.740,24

Depreciações de Activos Intangíveis

2020				
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Goodwill	0,00			0,00
Projectos de Desenvolv.	0,00			0,00
Programas de Computador	9.740,24			9.740,24
Propriedade Industrial	0,00			0,00
Outros Activos intangíveis	0,00			0,00
Total	9.740,24	0,00	0,00	9.740,24

Activos Intangíveis

2021						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projectos de Desenvolv.	0,00					0,00
Programas de Computador	9.740,24					9.740,24
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Activos intangíveis	0,00					0,00
Total	9.740,24	0,00	0,00	0,00	0,00	9.740,24

Depreciações de Activos Intangíveis

2021				
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Goodwill	0,00			0,00
Projectos de Desenvolvimento	0,00			0,00
Programas de Computador	9.740,24			9.740,24
Propriedade Industrial	0,00			0,00
Outros Activos intangíveis	0,00			0,00
Total	9.740,24	0,00	0,00	9.740,24

	Ativos Intangíveis	Depreciações Acumuladas	Ativo Líquido
2020	9.740,24	9,740,24	0,00
2021	9.740,24	9,740,24	0,00

7 | Locações

A Entidade detinha os seguintes activos adquiridos com recurso à locação financeira:

Descrição	2021			2020		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Equipamento básico						
Equipamento de transporte						
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo						
Outros Activos fixos tangíveis						
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

8 | Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2021			2020		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários						
Locações Financeiras						
Descobertos Bancários						
Contas caucionadas						
Contas Bancárias de Factoring						
Contas bancárias de letras descontadas						
Outros Empréstimos						
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estrutura dos Financiamentos Obtidos – Capital em Dívida Corrente e Não Corrente

Descrição	2021			2020		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários						
Locações Financeiras						
Descobertos Bancários						
Contas caucionadas						
Contas Bancárias de Factoring						
Contas bancárias de letras descontadas						
Outros Empréstimos						
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

9| Inventários

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2020			2021			
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, sub. e de consumo	74.548,18	440.397,41		92.236,31	458.843,66		93.845,05
Produtos acabados e intermédios	818,68	157,98	0,00	976,66	348,89		1.325,55
Subprodutos, desperd., resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	75.366,86	440.555,39	0,00	93.212,97	459.192,55	0,00	95.170,60
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		422.709,28		0,00	457.234,92		0,00
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00
Total		422.709,28		0,00	457.234,92		0,00

10| Rédito

Para os períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2021	2020
Vendas		
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	2.868.952,71	2.754.068,16
Quotas e jóias	0,00	0,00
Serviços Secundários	39.849,91	39.985,16
Outras Prestações de Serviços	41.943,49	39.405,81
Juros		
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	2.950.746,11	2.833.459,13

11| Provisões, passivos contingentes e activos contingentesProvisões

Nos períodos de 2021 e 2020, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	2020	Aumentos	Diminuições	2021
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	26.652,86	0,00	26.652,86	0,00
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões específicas do sector	0,00	0,00	0,00	0,00

Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	26.652,86	0,00	26.652,86	0,00

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

Relativamente aos saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo", os mesmos estão discriminados ao pormenor na nota 17.13.

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Em 31/12/2021 e 31/12/2020 as alterações das taxas de câmbio tiveram o seguinte efeito:

Descrição	2021				2020			
	Valor (moeda estrangeira)	Valor inicial (€)	Câmbio	Valor	Valor (moeda estrangeira)	Valor inicial (€)	Câmbio	Valor
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

14 Imposto sobre o Rendimento

O imposto corrente contabilizado, no montante de 0,00€, corresponde ao valor esperado a pagar referente:

Descrição	2020	2019
IRC Liquidado		
Tributação Autónoma		
Total	0,00	0,00

15 Benefícios dos empregados e Órgãos Directivos

Os membros dos órgãos directivos, para os períodos de 2020 e 2021, foram, respectivamente:

Exercício de 2020	
Cargo	Nome
PRESIDENTE DA DIRECÇÃO	PADRE JOSÉ GIL DE BORJA PINHEIRO RIBEIRO
VICE - PRESIDENTE	ANA LUÍSA ATAÍDE PAÇÃO CAIXAS
TESOUREIRO	MANUEL JORGE BENTO
SECRETÁRIA	Dra. MARIA DO CARMO COSTA FERREIRA DE ALMEIDA
VOGAL	Eng.º. ABÍLIO FERREIRA

Os órgãos directivos não usufruem de quaisquer remunerações.

P. J. Gil

Exercício de 2021	
Cargo	Nome
PRESIDENTE DA DIRECÇÃO	PADRE JOSÉ GIL DE BORJA PINHEIRO RIBEIRO
VICE - PRESIDENTE	ANA LUÍSA ATAÍDE PAÇÃO CAIXAS
TESOUREIRO	MANUEL JORGE BENTO
SECRETÁRIA	Dra. MARIA DO CARMO COSTA FERREIRA DE ALMEIDA
VOGAL	Eng.º. ABÍLIO FERREIRA

Os órgãos directivos não usufruem de quaisquer remunerações.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2021	2020
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	3.207.940,06	3.005.585,83
Benefícios Pós-Emprego		
Indemnizações	4.175,10	6.494,09
Encargos sobre as Remunerações	683.182,05	639.096,11
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	31.004,84	31.400,58
Gastos de Acção Social	54.830,19	8.798,18
Outros Gastos com o Pessoal	294.598,31	423.214,42
Total	4.275.730,55	4.114.589,21
N.º médio de pessoas ao serviço da Entidade	272	274

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2021	2020
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00

Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	30.577,84	23.531,16
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	30.577,84	23.531,16

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Activo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	0,00	0,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

Relativamente a Beneficiários das mutualidades, estes para os períodos de 2021 e 2020, são discriminados da seguinte forma:

Outras operações	2021		2020	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Beneficiários das mutualidades - prestações a pagar				
Beneficiários das mutual. - capitais vencidos a pagar				
Beneficiários das mutual. - rendas vitalícias a pagar				
Beneficiários das mutual. - melhorias de benefícios				
Beneficiários das mutualidades - subvenções				
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

17.3 Créditos a Receber

Para os períodos de 2021 e 2020 a rubrica "Créditos a Receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Cientes e Utentes c/c		
Cientes	37.434,09	28.317,10
Utentes	0,00	0,00
Cientes e Utentes títulos a receber		
Cientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Cientes e Utentes factoring		
Cientes		
Utentes		
Cientes e Utentes cobrança duvidosa		
Cientes		

Utentes		
Total	37.494,09	28.317,10

A Instituição dispõe de uma aplicação de Gestão de Clientes que disponibiliza uma conta corrente por cliente evidenciando todos os movimentos.

Nos períodos de 2021 e 2020 foram registadas as seguintes "Perdas por Imparidade":

Descrição	2021	2020
Clientes		
Utentes	0,00	00,00
Total	00,00	00,00

17.4 Outros Activos Correntes

A rubrica "Outros Activos Correntes" tinha, em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a seguinte decomposição:

Descrição	2021	2020
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	690,79	35,32
Adiantamentos a Fornecedores	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	7.851,31	6.558,40
Outras operações	268.366,02	291.483,03
Outros Devedores	0,00	0,00
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	276.908,12	298.076,75

17.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Gastos a Reconhecer		
Seguros e outras despesas	29.866,67	27.705,96
Total	29.866,67	27.705,96
Rendimentos a Reconhecer		
Mensalidades e outras	202.802,23	176.395,95
Total	202.802,23	176.395,95

17.6 Outros Ativos Correntes

A Entidade detinha, em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2021	2020
	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2020 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2021	2020
Caixa	1.653,81	2.547,38
Depósitos à ordem	1.041.410,04	348.438,92

Depósitos a prazo	4.740.499,69	6.083.769,56
Outros		
Total	5.783.563,54	6.434.755,86

17.8 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	57.080,17	0,00	0,00	57.080,17
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	2.954.593,62	0,00	0,00	2.954.593,62
Resultados transitados	6.171.613,24	629.593,06	0,00	6.801.206,30
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	3.782.958,78	55.489,31	129.522,45	3.708.925,64
Fundos Patrimoniais	12.966.245,81	685.082,37	129.522,45	13.521.805,73
Resultado Líquido	629.593,06			554.937,84
Total do Fundo de Capital	13.595.838,87			14.076.743,57

Na rubrica de "Outras Variações nos Fundos Patrimoniais" encontra-se registado o valor de 375.374,81 € referente à angariação de fundos para a construção da "Residência N^o Sr^a Piedade" e o valor de 3.000,00 € referente à Quinta D. Manuel Martins que se encontram referenciados na rubrica "Imobilizações em Curso" nos Activos Fixos Tangíveis.

17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Fornecedores c/c	82.520,41	102.677,82
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores facturas em recepção e conferência	0,00	0,00
Total	82.520,41	102.677,82

17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Activo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	39.959,86	4.209,46
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	19.383,13	17.666,43
Segurança Social	79.445,76	76.479,56

Outros Impostos e Taxas	1.442,75	1.017,32
Total	140.231,50	99.372,77

17.11 Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outros Passivos Correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2021		2020	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		0,00		0,00
Cauções		0,00		0,00
Outras operações		682,41		1.011,26
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		462.821,10		2.100,06
Credores por acréscimo de gastos		630.808,97		605.380,41
Outros credores		164.443,98		198.555,09
Total	0,00	1.258.756,46	0,00	807.046,82

17.12 Outros Passivos Financeiros

Os "Outros passivos financeiros" em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 são os seguintes:

Descrição	2021	2020
	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

17.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2021 e 2020, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2021	2020
Subsídios do Estado e outros entes públicos	2.899.699,97	2.714.348,48
Subsídios de outras entidades	30.240,89	21.507,49
Doações e heranças	12.781,62	27.818,97
Legados	0,00	0,00
Total	2.942.722,48	2.763.674,94

17.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 foi a seguinte:

Descrição	2021	2020
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	252.139,74	267.313,18
Materiais	47.030,07	57.072,24
Energia e fluidos	209.868,84	191.452,90
Deslocações, estadas e transportes	382,55	1.364,32
Serviços diversos	370.694,15	400.166,62
Total	880.115,35	917.369,26

17.15 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Rendimentos Suplementares	105.800,91	100.847,71
Descontos de pronto pagamento obtidos	2.220,29	1.544,67
Recuperação de dívidas a receber		
Ganhos em inventários		
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros		
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	102.029,33	102.029,33
Outros rendimentos e ganhos	86.962,00	216.236,92
Total	297.012,53	420.658,63

17.16 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Impostos	3.928,86	4.059,44
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos e perdas em sub., assoc. e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas	57.325,57	59.851,98
Total	61.254,43	63.911,42

17.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2021	2020
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,00	342,59
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	0,00	342,59
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	31.753,15	29.699,97
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	31.753,15	29.699,97
Resultados Financeiros	31.753,15	29.357,38

17.18 Acontecimentos após data de Balanço

Realça-se como fator determinante, com impacto materialmente relevante na economia mundial, e em particular nas futuras demonstrações económicas e financeira da Instituição, o atual estado de emergência em virtude da pandemia COVID-19, desconhecendo-se face à incerteza o futuro após este período, assim como o seu verdadeiro impacto económico e social.

Não são conhecidos à data mais eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2021.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas

Cova da Piedade, 8 de Março de 2022

O Técnico Oficial de Contas



Dario Serafim Barata da Silva

(TOC 58039)



Handwritten text, possibly a signature or name, located in the center of the page.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Centro Social Paroquial Padre Ricardo Gameiro, IPSS** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2021 (que evidencia um total de 15.761.054 euros e um total de fundos patrimoniais de 14.076.744 euros, incluindo um resultado líquido de 554.938 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING



- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'M. A.', is located in the bottom right corner of the page.

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 25 de março de 2022

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'JK', is written over a faint circular stamp.

RSM & ASSOCIADOS - SROC, LDA

representada por Joaquim Patrício da Silva (ROC nº 320)

